

17

**DELIBERAÇÃO  
DE  
TRANSMISSÃO DE ALVARÁ PARA O EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE DE  
RADIODIFUSÃO SONORA LOCAL DE QUE É TITULAR “COOPERATIVA  
RÁDIO GRACIOSA, CRL” A FAVOR DE “SOCIEDADE DE RADIODIFUSÃO  
GRACIOSENSE, Ld<sup>a</sup>”**

(Aprovada em reunião plenária em 18 de Dezembro de 2002)

1. Em 31 de Outubro de 2001 deu entrada na Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS) um pedido de transmissão de alvará para o exercício da actividade de radiodifusão sonora local de que é titular a Cooperativa Rádio Graciosa, CRL, na frequência de 107.9 MHz, do concelho de Santa Cruz da Graciosa, a favor de Sociedade de Radiodifusão Graciosense, Ld<sup>a</sup>, para, de acordo com o disposto na alínea b) do artigo 4º da Lei nº.43/98, de 6 de Agosto, ser concedida a devida autorização.
2. A AACS, para cumprimento desta sua atribuição, analisou, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei nº.130/97, de 27 de Maio, aplicável por força do disposto no número 1 do artigo 79º da Lei nº.4/2001, de 23 de Fevereiro, os seguintes documentos:
  - 2.1. Da entidade transmitente, Cooperativa Rádio Graciosa, CRL:
    - a) Requerimento a solicitar a autorização da transmissão de alvará para o exercício da actividade de radiodifusão sonora local;
    - b) Cópia da acta em que consta a autorização de transmissão do alvará para a entidade adquirente;
    - c) Cópia do alvará para o exercício da actividade de radiodifusão sonora no concelho de Santa Cruz da Graciosa de 06 de Março de 1989;
    - d) Cópia da licença radioelétrica para o serviço de radiodifusão sonora passada pelo Instituto das Comunicações de Portugal, para emitir em FM, na frequência de 107.9 MHz;
  - 2.2. Da entidade adquirente, Sociedade de Radiodifusão Graciosense, Ld<sup>a</sup>:
    - a) Cópia dos respectivos estatutos;
    - b) Cópia do cartão de pessoa colectiva;
    - c) Declarações de que a entidade adquirente e cada uma das pessoas singulares que a integram não detêm participação em mais de cinco operadores de radiodifusão sonora;
    - d) Estudo de viabilidade económica e financeira;
    - e) Linhas gerais de programação, mapa de programas a emitir e do respectivo horário;

13757

J7

f) Estatuto editorial.

3. Da análise dos referidos elementos, conclui-se que:

- 3.1. A Cooperativa Rádio Graciosa, CRL, deseja transmitir o seu alvará, que detém há mais de três anos, para a Sociedade de Radiodifusão Graciosense, Ld<sup>a</sup>, pelo que se encontra preenchido o requisito temporal estabelecido no n.º.1 do artigo 15º do Decreto-Lei n.º.130/97, de 27 de Maio;
- 3.2. A Sociedade de Radiodifusão Graciosense, Ld<sup>a</sup> é uma pessoa colectiva, satisfazendo, assim, o exigido pelo disposto no n.º.1 do artigo 2º do decreto-lei acima referido;
- 3.3. A Sociedade de Radiodifusão Graciosense, Ld<sup>a</sup> e os seus associados não detêm participação em mais de cinco operadores de radiodifusão, respeitando, assim, o referido no n.º.1 do artigo 3º do citado decreto-lei;
- 3.4. A Sociedade de Radiodifusão Graciosense, Ld<sup>a</sup>, propõe-se emitir 24 horas diárias e de acordo com as linhas gerais de programação divulgadas, esta inclui informação local, regional e nacional, espaços musicais, recreativos e desportivos;
- 3.5. A grelha de programas que se propõe emitir, as linhas gerais de programação e o respectivo horário são ajustados a este tipo de operador;
- 3.6. De acordo com o estatuto editorial, a Sociedade de Radiodifusão Graciosense, Ld<sup>a</sup>, assume-se como uma emissora que rege a sua actividade pelos princípios da liberdade, rigor e pluralismo informativos, ideologicamente independente e autónoma, com respeito pelos princípios de éticos e deontológicos;
- 3.7. Perante o estudo de viabilidade económico-financeiro apresentado, verifica-se que satisfaz as condições mínimas tidas como necessárias à emissão de parecer favorável por esta Alta Autoridade.

4. Nestes termos, a AACCS, analisado o processo relativo ao pedido de transmissão do alvará para o exercício da actividade de radiodifusão sonora local de que é titular a Cooperativa Rádio Graciosa, CRL, a favor de Sociedade de Radiodifusão Graciosense, Ld<sup>a</sup>, delibera, de acordo com o disposto na alínea b) do artigo 4º da Lei n.º.43/98, de 6 de Agosto e nos termos do Decreto-Lei n.º.130/97, de 27 de Maio, aplicável por força do disposto no n.º. 1 do artigo 79º da Lei n.º.4/2001, de 23 de

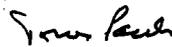
13758

Fevereiro, autorizar a transmissão do referido alvará, do concelho de Santa Cruz da Graciosa, que emite em FM, na frequência de 107.9 MHz.

*Esta deliberação foi aprovada por unanimidade com votos a favor de Manuela Matos (Relatora), Armando Torres Paulo (Presidente), Sebastião Lima Rego, José Garibaldi (Vice-Presidente), Carlos Veiga Pereira, Maria de Lurdes Monteiro e José Manuel Mendes.*

**Alta Autoridade para a Comunicação Social, em 18 de Dezembro de 2002**

**O Presidente**



**Armando Torres Paulo  
Juiz-Conselheiro**

**MM/AF**

13759